
CONSTRUINDO UMA PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: A QUESTÃO DA REGIONALIZAÇÃO

Vânia Rubia Farias Vlach

Professora do Departamento de Geografia
Doutoranda da Universidade de Sorbonne

INTRODUÇÃO

De uma maneira geral, a região - seja como delimitação empírica de uma dada porção de um espaço geográfico qualquer, respaldada ou não por critérios rigorosamente definidos, ou como conceito que considera (ou não), as relações entre sujeito e objeto do conhecimento geográfico - faz parte da constituição de nossa disciplina científica, o que por si só dá uma idéia de sua importância. Nas últimas décadas, entretanto, a região adquiriu uma significação ainda maior, a qual deriva exatamente da compreensão de que o social (sentido amplo) desempenha papel fundamental no processo de regionalização, em escala de mundo ou de país.

Neste texto, que procura trabalhar a questão da regionalização sob o ponto de vista de uma proposta interdisciplinar que envolve a História, a Didática e a Prática de Ensino, privilegiaremos o caso brasileiro. Antes de mais nada, porém, queremos registrar que os princípios teórico-metodológicos e políticos que norteiam o trabalho são os mesmos que, a nosso ver, explicam a regionalização do mundo contemporâneo.

Tais princípios consistem, resumidamente, na consideração de que a sociedade se espacializa; melhor dizendo, seus diferentes interesses políticos, militares, econômicos, culturais traduzem-se no espaço, de maneira que as contradições são/foram constituintes/instituintes do processo histórico, e estas, por sua vez, expressam relações entre ciências e política, teoria e prática, espaço e poder. É o político-econômico, em uma palavra, que define as diferentes regiões do mundo, bem como aquelas que se podem reconhecer no interior de um mesmo país. Por conseguinte, a abordagem regional não tem mais como referencial principal os critérios físico-geológicos responsáveis pela primeira regionalização do planeta, mais conhecida como "divisão por continentes"; certamente produto significativo do século XIX.

Nos dias de hoje a importância da região e, por extensão, do processo que a constitui está diretamente ligada, em primeiro lugar, ao questionamento da forma de organização/produção do espaço geográfico engendrada pela burguesia industrial: o Estado-nação, também conhecido como Estado moderno, que se consolidou inicialmente na Europa, durante o século XIX. A negação das diferenças sociais internas, desde as de ordem cultural até as de origem étnica, através de um verdadeiro etnocídio, está na base dessa forma político-territorial de organização do território que se afirmou na qualidade de máquina de homogeneização; homogeneização esta que delimitou fronteiras para o capital em franca expansão, interna e externamente, sob o "consentimento" geral que a ideologia do nacionalismo patriótico forjou de maneira admirável no seio da sociedade.

Ao longo do tempo, porém, essa imposição do nacional, que submeteu as diferenças culturais internas, as quais, muitas vezes, foram construídas historicamente por etnias/nacionalidades que tinham/têm uma "base" material - uma região - começou a romper-se: analise-se o que ocorre no interior da antiga União Soviética, da Iugoslávia, por exemplo. E, de outro lado, analise-se o que ocorre na Alemanha (certamente um caso singular!) desde 1990, e na "Europa 92" (outro projeto político de organização/produção do espaço!)...

Geografia, História, Didática: em busca de novos parâmetros para atuação na instituição escola

Com o objetivo de (re)construir a interdisciplinaridade e, mesmo, apontá-la como desafio imprescindível à nossa prática docente cotidiana - mas sem confundi-la com alguma fórmula mágica para solucionar os impasses da educação contemporânea ou com a negação das especificidades de cada um dos campos do conhecimento que estamos considerando - começaremos a discussão acerca da definição de novos parâmetros para uma atuação conseqüente

na instituição escola através da Geografia; melhor dizendo, através do trabalho de uma crítica interna ao conjunto do conhecimento produzido pelos geógrafos, que absolutamente se dissocia de sua atuação no seio da sociedade (embora predominasse exatamente a concepção de que a Geografia era uma ciência neutra).

Assim, é preciso registrar que, a partir de meados da década dos 70, os geógrafos brasileiros passaram a fazer um auto-exame de sua produção científica e de sua prática social, a exemplo do que vinha ocorrendo no exterior há cerca de 15 anos. Naquele momento, sua atuação na escola logo se destacou como o grande centro das reflexões, não só porque a maioria se dedicava ao ensino, ou porque a escola pública já se encontrava em franco processo de descaracterização, mas porque ficou claro - pela primeira vez - que a própria ascensão de sua ciência à universidade, na Europa do século XIX (originalmente), derivou do papel que a Geografia havia desempenhado no ensino elementar.

Que papel desempenhou a Geografia na escola, a instituição especialmente criada pela burguesia industrial tendo em vista a reprodução de seu poder na sociedade?

Ao privilegiar a descrição, a localização e o mapeamento do quadro natural, ao qual a população e suas atividades econômicas foram superpostos, como se tivessem a mesma constituição, a Geografia fez com que o quadro natural da terra natal fosse entendido como pátria, de maneira que a imposição da ideologia do nacionalismo patriótico explica, primeiro, a sua presença obrigatória na grade curricular de então e, posteriormente, tendo em vista garantir a qualidade do ensino, na universidade.

Assim, os geógrafos constataram a existência de relações inextrincáveis entre ensino e ciência na Geografia, o que a singulariza simultaneamente à força de seu papel político-ideológico e pedagógico na sociedade. Seu atrelamento ao Estado, seja sob a forma de expedições "científicas" para conhecer áreas afastadas, ou sob a forma de conteúdos programáticos "neutros" (relevo, vegetação, clima, população, etc.), na escola, foi objeto de profunda crítica e auto-crítica. Para resumir, podemos afirmar que, profundamente pesarosos com sua memória

histórica, e interessados na construção de um outro devir social, alguns geógrafos partiram para uma crítica interna à sua própria ciência. Ora, para tal, não lhes passou despercebida a necessidade de considerarem as relações entre sociedade e ciência, isto é, os diferentes interesses políticos, econômicos, culturais de suas classes sociais, entre sujeito e objeto do conhecimento científico, entre teoria e prática pedagógica, entre cultura-educação e escola, entre política e ciência, etc.

Reflexões de tal natureza, porém, não começaram na Geografia. Várias outras ciências haviam, a bem da verdade, avançado bastante nessa direção. De qualquer forma, para os nossos propósitos aqui, interessa destacar o amplo debate e as pesquisas realizadas a respeito da educação, da escola e do ensino de alguns conteúdos programáticos, dentre os quais salientaram-se os de Geografia e História, principalmente porque, naquele momento, haviam sido "banidos" da escola; talvez fosse melhor dizer que foram integrados entre si sob a fórmula mágica de Estudos Sociais [acrescente-se que outras disciplinas também haviam sido integradas (Ciências, Comunicação e Expressão)].

Paralelamente ao que ocorria com a Geografia e a História, objeto de nossa reflexão aqui, a ciência pedagógica também buscava definir novos caminhos, uma vez que se ressentia de uma identidade epistemológica própria, o que resultava de uma certa confusão entre ela e as "ciências da educação" que, na verdade, apoiavam-se em suas respectivas "matrizes"; portanto, fora da área da educação. Assim, a Didática e Prática de Ensino começaram a estabelecer novos parâmetros para a sua atuação na escola. Dentre esses cabe destacar, inicialmente, a não neutralidade da prática pedagógica como um todo, de maneira que a constituição da cidadania na sociedade brasileira passou a ser perseguida como uma de suas principais metas. Assim, tornou-se indispensável a aproximação da Didática (e da Prática de Ensino) com relação às disciplinas responsáveis pelos conteúdos ensinados na escola, sem o que não se tem condições de analisar uma proposta de ensino, qualquer que seja a ciência (natural, exata ou humana), do ponto de vista de sua forma, a qual incluí tanto as relações internas do processo ensino-aprendizagem como as relações externas, que consideram exatamente um projeto de sociedade; no caso, a construção de uma sociedade mais

justa, de maneira que a cidadania possa, ainda que a médio prazo (ou longo?), tornar-se uma conquista da grande maioria de brasileiros.

A seguir, apresentamos uma proposta de Prática de Ensino de Geografia no contexto mais amplo de uma abordagem interdisciplinar a respeito da questão da regionalização do território brasileiro, escolhida não apenas porque o seu tratamento, pelo menos na perspectiva de uma educação crítica e comprometida com a construção da cidadania exige um trabalho interdisciplinar, mas porque, simultaneamente, permite desmitificar a concepção predominante de que "nordestinos, paulistas, mineiros, gaúchos", etc. se definiram/definem com referência a uma localização geográfica, a uma dada região, como se a região pudesse eliminar as relações sociais (sentido amplo) que, ao se espacializarem, mostram as diferenças internas da sociedade brasileira, de caráter social-regional.

A regionalização do Brasil: da Geografia a uma proposta de trabalho interdisciplinar

Regionalizar o Brasil sempre se constituiu uma difícil questão, a começar pelo fato de que o seu território apresenta uma dimensão de 8.511.965 quilômetros quadrados, caracterizada pela existência de formas de relevo, de tipos de clima, vegetação e solo bastante diversificados. Assim, durante muito tempo, atribuiu-se aos elementos do quadro natural o papel de elucidar os grandes contrastes do País, o que sem dúvida resultava de uma determinada concepção de Geografia: aquela que conferia maior importância ao quadro natural, ao qual se sobrepunham os estudos de população e economia, predominante até a década dos 70.

De qualquer maneira, não é no quadro natural que encontramos explicação para tais contrastes. O que efetivamente explica, e permite compreender por que habitualmente se afirma que o Brasil é "uma terra de contrastes", é o complexo de relações que os homens, diferentes entre si, estabeleceram entre si e com os vários elementos do quadro natural, ao longo do tempo histórico.

Em outras palavras: o que explica as diferenças regionais do Brasil é o complexo de relações políticas, econômicas, culturais que se constituiu historicamente nesse território, particularmente a partir da segunda metade do século

XIX. Embora não ignoremos que o período colonial provocou graves conseqüências no que diz respeito à formação histórico-territorial do País, interessamos considerá-lo a partir de então pois, durante a fase de "arquipélago econômico", as relações externas (colônia-metrópole) predominaram, o que contrapôs a faixa litorânea ao interior do território.

O que efetivamente ocorre, no que se refere à regionalização do território brasileiro, é a coexistência - se é que podemos nos expressar dessa forma - entre duas divisões: aquela que reconhece a existência de cinco regiões - Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste - e outra que o dividem em três porções - Amazônia, Nordeste e Centro-Sul. A primeira, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1969, tem caráter administrativo-estatístico; administrativo no sentido preciso de uma atuação do Estado que, em última análise, nega a política enquanto tal, ou seja, nega as contradições sociais que constituem a sua própria substância (sua razão de ser), administrando os "problemas" (nunca as questões!) via planejamento, e estatístico no sentido de que as fronteiras entre os Estados-membros da Federação as delimitam, pois representam os marcos da coleta dos imprescindíveis dados estatísticos. A segunda, de caráter geoeconômico, considera a formação histórico-territorial do País e privilegia as relações econômicas, políticas e culturais (provavelmente nessa "seqüência") que, ao se espacializarem - ou exatamente por se espacializarem - acabam evidenciando as diferenças internas, indiscutivelmente de caráter social. Assim, sua delimitação não é tão precisa quanto a anterior; procura traduzir simplesmente os fluxos que os interesses sociais definem entre as regiões, e dentro de cada região. Nesse caso, reconhecemos a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Sul como os três grandes complexos regionais ou geoeconômicos do País.

Do ponto de vista teórico-metodológico, identifica-se facilmente a divisão regional do IBGE, de cunho oficial, com a denominada Geografia Tradicional, e a divisão do território através dos complexos geoeconômicos com a(s) chamada(s) Geografia(s) Crítica(s). Explicitemos por que.

No primeiro caso, as regiões foram definidas basicamente a partir dos principais traços naturais. Ainda que não haja deixado de incluir os grupos

sociais, na aceção de elementos numéricos que ocuparam uma porção do território, e aí desenvolveram certas atividades econômicas, o ponto central foi o relacionamento harmonioso entre os homens e a natureza, como se as atividades econômicas não tivessem nenhum interesse, e como se elas não decorressem de decisões sociais. De outro lado, o reconhecimento do Sudeste como região, substituindo as antigas regiões Sul e Leste, sem dúvida alguma resultou da impossibilidade de se negar o significado fundamental das relações econômico-políticas no processo de regionalização, o que, por sua vez, permite-nos acrescentar que essa divisão, desde o início, apresentou várias ambiguidades que não foram consideradas, dado que ela se prestava a objetivos administrativos e estatísticos, entendidos como de natureza apolítica, bem ao gosto do discurso oficial.

No segundo caso, a preocupação fundamental é a de considerar a vida de relações que caracteriza uma porção do território apresentando traços comuns, exatamente em decorrência da formação histórico-territorial, pois esta explicita os revezes de cada região e as saídas - ou tentativas para a solução - de seus impasses, o que nos leva a considerar os interesses que as configuraram; por conseguinte, as classes sociais que as definiram e, ao defini-las, quem se beneficiou/não se beneficiou, ao lado de tantas outras questões igualmente relevantes.

Tendo em vista operacionalizar uma proposta de trabalho interdisciplinar, é preciso acrescentar que, contrapondo os pressupostos teórico-metodológicos e políticos de ambas as maneiras de divisão regional do Brasil - que o aluno precisa conhecer, na medida em que está em processo de formação, sentido amplo -, viabiliza-se também a desmistificação do famoso discurso historiográfico segundo o qual existem o "nordestino", o "gaúcho", o "paulista", o "mineiro", o "carioca", etc. e não classes sociais diferenciadas que, de norte a sul, de leste a oeste apresentam uma das maiores concentrações de renda registradas em todo o mundo - as classes sociais dominantes, numericamente minoritárias - ao lado de uma grande maioria, desprovida até de condições mínimas de sobrevivência.

Tal desmistificação se torna possível na medida em que a espacialização dos interesses dominantes permite demonstrar, primeiro, que o

processo de industrialização, concentrado em São Paulo desde a segunda década do século XX, criou um mercado nacional, o que assinalou o término da fase de "arquipélago econômico". Ora, o processo de industrialização é mera abstração se visto isolado das classes sociais - e das lutas - que decidiram a sua implantação! Nesse sentido, fica claro que o deslocamento de "nordestinos" para São Paulo, durante determinado período, representou uma alternativa frente à estrutura fundiária da região, sob o controle dos "coronéis" latifundiários que, associados a outros segmentos das elites locais, criaram a "indústria da seca"; em outras palavras, o chamado determinismo geográfico foi inovado para mascarar as relações de dominação da região. Simultaneamente, a indústria paulista, particularmente a de construção civil, necessitava de contingentes cada vez maiores de mão-de-obra (dócil e barata).

Em segundo lugar, no momento em que os "desequilíbrios regionais" (e não as diferenças regionais!) levaram à definição de políticas de desenvolvimento econômico via planejamento, o que significou, de maneira simplificada, a implantação de indústrias no Nordeste e Norte - a chamada descentralização industrial -, verificou-se que ocorreu uma expansão dos estabelecimentos fabris; mas o centro de decisões continuou concentrado no Centro-Sul, particularmente em São Paulo. Assim, a política de integração nacional, orquestrada pelo capital aí concentrado, nada mais é do que a organização/produção do território brasileiro segundo os interesses das classes sociais dominantes dessa região.

Finalmente, a crítica interna das teorias de regionalização e do discurso historiográfico caminha **pari passu** à Didática como uma prática pedagógica não neutra que, através de uma certa forma de ensinar - aquela que está em busca de uma teoria pedagógica alternativa às tradicionais abordagens que fizeram da escola a instituição por excelência da/para a reprodução da sociedade capitalista - pode, efetivamente, contribuir para com a formação de cidadãos na sociedade brasileira. A construção da cidadania, como sabemos, exige criticidade e criatividade, as quais se apóiam nas relações entre teoria e prática pedagógica, e não podem ignorar as perspectivas abertas pela abordagem interdisciplinar.